SÍRIA PÓS-ASSAD: CONFLITO, IDENTIDADE E OS DESAFIOS DA RECONSTRUÇÃO

DOI: 10.61623/cpe.v12n18.a07
Submetido em: 30/01/2026. Aceito em: 18/04/2026.
ISSN: 2359-5280 | e-ISSN: 2447-228X

Leandro Gabriel Caporale[1]

Resumo

Este artigo analisa a trajetória político-identitária da Síria do período colonial à queda do regime Ba'ath em 2024, sustentando que o islamismo político se consolida como resposta às crises de legitimidade e pertencimento no contexto pós-colonial. O recorte temporal inicia-se com o mandato francês, abrange a ascensão do Ba'ath a partir da década de 1940 e alcança os desdobramentos que culminaram na queda de Bashar al-Assad e na ascensão do HTS. O referencial teórico articula a teoria pós-colonial – a partir de Fanon, Said e Aslan – à literatura sobre islamismo político, sobretudo Kepel e Roy, situando o caso sírio em um processo mais amplo de reconfiguração identitária no mundo muçulmano. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter histórico-analítico, baseada em revisão bibliográfica. Argumenta-se, por fim, que a estabilidade da Síria dependerá da articulação entre dinâmicas internas e pressões geopolíticas externas.

Palavras-chave: Síria. Islã. Identidade. Colonialismo. Identidade cultural.

1 Especialista em Política e Relações Internacionais pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG). Pesquisador na organização franco-brasileira Pour le Brésil, afiliada à Sciences Po Paris, com foco em decolonialidade, cultura política, migração, justiça social e desenvolvimento sustentável, com ênfase nas dinâmicas entre América Latina e Europa. ORCID: 0009-0003-7022-5344.

POST-ASSAD SYRIA: CONFLICT, IDENTITY, AND THE CHALLENGES OF RECONSTRUCTION

Abstract

This article analyses Syria's political and identity trajectory from the colonial period to the fall of the Ba'ath regime in 2024, arguing that political Islam has consolidated itself as a response to crises of legitimacy and belonging in the post-colonial context. The temporal scope begins with the French Mandate, encompasses the rise of the Ba'ath from the 1940s onwards, and extends to the developments that culminated in the fall of Bashar al-Assad and the rise to power of HTS. The theoretical framework combines post-colonial theory—drawing on Fanon, Said and Aslan—with the literature on political Islam, particularly Kepel and Roy, situating the Syrian case within a broader process of identity reconfiguration in the Muslim world. Methodologically, the study adopts a qualitative historical-analytical approach, based on a review of the relevant literature. It concludes that Syria's stability will depend on the articulation between internal dynamics and external geopolitical pressures.

Keywords: Syria. Islam. Identity. Colonialism. Cultural identity.

SIRIA TRAS ASSAD: CONFLICTO, IDENTIDAD Y LOS RETOS DE LA RECONSTRUCCIÓN

Resumen

Este artículo analiza la trayectoria político-identitaria de Siria desde el período colonial hasta la caída del régimen baazista en 2024, y sostiene que el islamismo político se consolida como respuesta a las crisis de legitimidad y pertenencia en el contexto poscolonial. El marco temporal comienza con el mandato francés, abarca el ascenso del Ba'ath a partir de la década de 1940 y llega hasta los acontecimientos que culminaron con la caída de Bashar al-Assad y el ascenso del HTS. El marco teórico articula la teoría poscolonial –a partir de Fanon, Said y Aslan– con la literatura sobre el islamismo político, sobre todo Kepel y Roy, situando el caso sirio en un proceso más amplio de reconfiguración identitaria en el mundo musulmán. Metodológicamente, se adopta un enfoque cualitativo de carácter histórico-analítico, basado en una revisión bibliográfica. Por último, se argumenta que la estabilidad de Siria dependerá de la articulación entre las dinámicas internas y las presiones geopolíticas externas.

Palabras clave: Siria. Islam. Identidad. Colonialismo. Identidad cultural.

Introdução

A Síria, nação de ricas heranças culturais e históricas, converteu-se, nas últimas décadas, em um dos epicentros dos conflitos mais complexos e devastadores do século XXI. Situado numa região moldada por milênios de civilização, o país tornou-se palco de intensas disputas políticas, ideológicas e religiosas que desafiam interpretações convencionais sobre identidade, poder e autoridade no Oriente Médio.

A ascensão do Ba'ath e o subsequente domínio *quasi*-ditatorial da família Assad moldaram profundamente a paisagem política da Síria ao longo das últimas décadas. Sua queda abrupta no ocaso de 2024, diante de uma miríade de grupos rebeldes, reconfigurou os atores sociais e o cenário macropolítico do Oriente Médio, refletindo as tensões e transformações que permeiam a região.

As raízes deste conflito, entretanto, vão além da política secular, penetrando nas profundas questões de identidade étnica e religiosa, bem como na interseção entre tradição e modernidade. Nesse contexto, o islamismo político emerge como um elemento central para a compreensão das aspirações, frustrações e antagonismos que atravessam a sociedade síria, funcionando simultaneamente como resposta à crise do secularismo autoritário e como proposta alternativa de organização política e social.

A guerra civil iniciada em 2011 não apenas expôs as fissuras internas da sociedade síria, mas também intensificou debates mais amplos sobre o papel do Islã no mundo contemporâneo. As tentativas de reforma islâmica, historicamente presentes em diferentes contextos do universo muçulmano, adquiriram nova urgência em meio ao colapso institucional e à violência prolongada, levantando questões fundamentais sobre a possibilidade de conciliar valores islâmicos, pluralismo político e imperativos da modernidade.

O presente artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas históricas e contemporâneas que conduziram à atual configuração política e social da Síria, com ênfase no papel do islamismo político, na atuação de atores armados e nas disputas geopolíticas que moldam o cenário pós-Assad. O problema de pesquisa que orienta esta investigação indaga de que maneira a queda do regime Ba'ath e a reconfiguração dos atores políticos na Síria influenciam a relação entre identidade, religião e Estado no processo de reconstrução do país. Argumenta-se que a fragmentação do Estado sírio e o colapso do modelo secular ba'athista não apenas abriram espaço para a emergência de novos atores político-religiosos, mas também evidenciaram os limites da imposição

de modelos estatais exógenos, reforçando a centralidade das dinâmicas identitárias e religiosas na reconfiguração do poder político no país.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter histórico-analítico, inserida na tradição dos estudos de área (*area studies*) em Relações Internacionais. A estratégia de pesquisa baseia-se em um estudo de caso aprofundado, combinando revisão de literatura especializada com análise interpretativa de processos políticos e sociais no contexto sírio. As fontes primárias incluem documentos e declarações oficiais de atores estatais e não estatais, enquanto as fontes secundárias abrangem a produção acadêmica sobre o Oriente Médio contemporâneo, islamismo político e teoria pós-colonial, complementadas por análises jornalísticas de referência. Essa abordagem articula-se diretamente com os objetivos do artigo ao permitir a compreensão das conexões entre transformações institucionais de longa duração, dinâmicas identitárias e disputas geopolíticas no caso sírio.

Este estudo busca, portanto, não apenas reconstruir os principais eventos que conduziram à situação atual, mas também analisar os grupos que coexistem no território sírio, suas alianças, rivalidades e projetos políticos, bem como os modos pelos quais identidades religiosas e étnicas moldam o discurso político na Síria e no universo islâmico mais amplo.

1. A construção da Síria

Assim como em outras sociedades submetidas a intensos processos de dominação colonial, a constituição de um Estado sírio dotado de uma identidade nacional unificada é relativamente recente. Arabizada apenas no século VII E.C. (Era Comum) e historicamente submetida a distintos domínios imperiais – egípcio e otomano –, a região que hoje corresponde à Síria foi incorporada ao mandato colonial francês após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse percurso histórico contribuiu para a formação de uma sociedade profundamente marcada pela diversidade étnica e religiosa, na qual as identidades locais e comunitárias frequentemente precederam – e por vezes se sobrepuseram – à identificação político-cultural com um Estado centralizado (Scullard, 2026).

Inserida no mundo árabe de maioria muçulmana (hoje em dia aproximadamente 85% da população síria é de confecção islâmica, sendo a sua grande maioria sunita), a população síria compartilhou, durante grande parte de sua história, uma identificação cultural e política mais ampla com a comunidade muçulmana – *Ummah* –, na qual o sentimento de pertencimento

e o respeito pela autoridade moral e política transnacional do Califado – considerado o sucessor da comunidade original de Maomé – eram fundamentais.

A identificação cultural e política com seu território imediato era, portanto, secundária e subsidiária à visão transnacional oferecida pela fé muçulmana e língua árabe, que funcionavam como elementos agregadores das diversas populações da região, apesar de suas especificidades culturais. Paralelamente, os povos não árabes – curdos, armênios e assírios – e comunidades não muçulmanas – cristãos, drusos e alauítas – que residiam e até hoje vivem no território sírio possuíam seu papel na ordem social muçulmana. Classificados como *dhimmi* – povos protegidos – no âmbito da jurisprudência islâmica, esses grupos coexistiram, em grande medida, de forma integrada à estrutura social dos reinos muçulmanos, participando do *axis mundi* organizacional que o islã oferecia (Aslan, 2011).

Essa configuração identitária pré-colonial encontra respaldo analítico na obra de Rashid Khalidi, especialmente em *The Iron Cage* (2006). Segundo o autor, as sociedades do Oriente Médio operavam historicamente a partir de identidades sobrepostas – locais, religiosas, linguísticas e imperiais – que coexistiam de forma fluida, sem que nenhuma delas definisse de maneira exclusiva o pertencimento político. Essa pluralidade de lealdades não indicava ausência de coesão, mas sim uma forma complexa de organização social que articulava diferentes escalas de comunidade, do âmbito local à *Ummah*.

A ruptura desse arranjo foi intensificada no início do século XX, com a dissolução do Califado Otomano e a consolidação do domínio colonial francês sobre a Síria a partir de 1922. A imposição da lógica do Estado-nação – baseada em fronteiras fixas, identidades exclusivas e soberania territorial – reconfigurou profundamente essas dinâmicas, ao enquadrar populações em categorias rígidas frequentemente dissonantes de suas experiências históricas. Nesse sentido, a metáfora da "jaula de ferro" expressa a limitação estrutural imposta a projetos políticos autônomos, constrangidos por arranjos institucionais exógenos (Khalidi, 2006). No caso sírio, esse processo não apenas redesenhou o espaço político, mas também contribuiu para a cristalização de identidades anteriormente mais fluidas, inserindo-as em uma estrutura estatal cuja formação esteve mais associada à intervenção externa do que a dinâmicas endógenas de constituição política.

A imposição dessas estruturas não se limitou à reorganização institucional e territorial. Como argumenta Frantz Fanon (2019), o colonialismo operou também no plano da subjetividade, desestruturando formas tradicionais de autoridade e introduzindo novos referenciais políticos e culturais que reconfiguraram a maneira como essas sociedades passaram a compreender a

si mesmas. Nesse sentido, a dominação imperial implicou não apenas controle material, mas a produção de uma crise de pertencimento, na qual identidades previamente fluidas foram tensionadas, reformuladas ou reafirmadas diante de modelos exógenos de organização política.

Na Síria, esse processo fomentou a formação de duas frentes distintas que buscavam ressignificar a identidade e se opor à estrutura colonial ocidental, engajando o sentimento de pertencimento cultural e político das populações ao seu território. Por um lado, grupos de inspiração religiosa viam no Islã uma organização endógena que, apesar da ocupação estrangeira, representava a ordem social e política da região em oposição ao Estado kantiano ocidental. Para esses atores, a reconstrução da *Ummah* constituía um projeto político adaptável às exigências do mundo moderno. Essa vertente encontrou sua expressão mais estruturada com a fundação da Irmandade Muçulmana no Egito, em 1928, que rapidamente se expandiu pelo mundo islâmico (Aslan, 2011).

De outro lado, o influxo de ideias políticas estrangeiras – particularmente o socialismo e o nacionalismo secular – estimulou o surgimento de grupos formados por intelectuais, acadêmicos e oficiais do exército que buscavam afastar-se da religião como elemento unificador e aproximar-se de uma identidade árabe comum. Inspirados pelo sentimento decolonial, esses atores defendiam a secularização do Estado e a integração dos povos árabes por meio do pan-arabismo, concebido como alternativa política ao imperialismo europeu.

Na Síria, esse movimento culminou na formação, em 1940, ainda sob o domínio colonial, do movimento Ba'ath (árabe para ressureição). O movimento tinha como base a promoção da unidade árabe em oposição à ocupação imperialista europeia a partir da autoconsciência identitária autônoma e comum dos povos árabes. De acordo com John Galvani em seu artigo "Syria and the Baath Party" (Síria e o Partido Ba'ath):

> A percepção fundamental dos dois fundadores e ideólogos do Ba'ath, Michel Aflak e Salah Bitar, era de que a nação árabe unida havia sido dividida pela intrusão imperialista. A nação árabe, no entanto, é uma entidade permanente na história, em um estado de decadência e necessitando de regeneração ou ressurreição (ba'ath). Essa regeneração deve ocorrer em cada indivíduo árabe e, por meio de um processo de libertação interna, o povo árabe será restaurado. Essa regeneração individual não é um processo religioso, mas moral. Ser árabe, recuperar a consciência de ser árabe, não significa ser muçulmano ou religioso. O Islã foi uma das maiores criações da

> nação árabe, mas não é a alma dessa nação. O arabismo é (Galvani, 1974, p. 5, tradução nossa).[2]

Ao defender reformas estruturais como a reforma agrária, a sindicalização operária e a democratização e secularização das instituições, o Ba'ath conquistou o apoio de uma ampla base da classe camponesa síria, historicamente marginalizada da vida política, bem como entre minorias religiosas inseridas na complexa teia social do país. Simultaneamente, o partido ampliou sua influência nas fileiras do exército, impulsionado pelo apelo das ideias pan-arabistas no meio militar. Em contrapartida, a alta burguesia e os latifundiários, temendo as mudanças propostas pelo Ba'ath e defendendo a preservação do *status quo*, alinharam-se politicamente aos movimentos mais conservadores da esfera nacional, aprofundando a polarização política no período.

Após a independência, em 1946, a República Árabe Síria enfrentou uma fase prolongada de instabilidade política, marcada por sucessivos golpes de Estado e tensões sectárias. Esse cenário refletia tanto a fragmentação identitária herdada do período colonial quanto a fragilidade institucional do novo Estado, abrindo espaço para governos dominados por elites econômicas e alianças circunstanciais (Galvani, 1974).

O fracasso na Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949) e a ocupação israelense das Colinas de Golã intensificaram a crise de legitimidade dos governos sírios. Nesse contexto, o fortalecimento do Ba'ath e a atuação de setores do exército, liderados por figuras como Akram Hourani, favoreceram a consolidação do Partido Árabe Socialista Ba'ath. O estreitamento das relações com o Egito de Gamal Abdel Nasser, também alinhado ao pan-arabismo socialista, reforçou esse processo (Scullard, 2026).

Esse processo culminaria na queda do governo em 1954 e, posteriormente, na formação da República Árabe Unida (RAU), em 1958, unindo Síria e Egito. Embora inicialmente recebida com entusiasmo, a experiência revelou-se problemática devido à centralização do poder no Cairo e à marginalização dos interesses sírios. A dissolução da RAU, em 1961, restaurou a soberania formal da Síria, mas deixou marcas profundas no imaginário político e na percepção do pan-arabismo.

2 "The basic insight of the Baath's two founders and ideologues, Michel Aflak and Salah Bitar, was that a united Arab nation had been divided by imperialist intrusion. The Arab nation, however, is a permanent entity in history, at present in a state of decadence and in need of regeneration or resurrection (baath). That regeneration must take place in each Arab individual, and through a process of internal liberation the Arab people will be restored. That individual regeneration is not a religious process, but a moral one. To be Arab, to regain a consciousness of being Arab, does not mean being Muslim or religious at all. Islam was one of the greatest creations of the Arab nation, but is not the soul of that nation. Arabism is" (Galvani, 1974).

A experiência com a RAU influenciou a percepção síria de pan-arabismo, causando uma divisão entre aqueles que ainda acreditavam na unidade árabe e aqueles que se tornaram céticos em relação a projetos de unificação sob a liderança de uma potência regional. Nesse contexto, uma facção do exército sírio liderada por Salah Jadid e Hafez al-Assad começou a se reorganizar, propondo uma nova estratégia para alcançar a unidade árabe, mas agora com foco em um socialismo adaptado às condições locais e uma abordagem mais pragmática das alianças regionais, abandonando o idealismo pancultural do movimento original e priorizando uma perspectiva mais direcionada a consolidação econômica e política síria.

O golpe militar de 1963 marcou a ascensão do chamado Neo-Ba'ath, que buscou implementar reformas sociais e econômicas que atendiam às demandas das massas camponesas e trabalhadores urbanos, enquanto centralizava o poder para prevenir futuras divisões internas. As reformas agrárias e a nacionalização de indústrias estratégicas foram medidas significativas adotadas para consolidar o controle estatal sobre a economia e enfraquecer a elite tradicional e influências estrangeiras (Galvani, 1974).

Hafez al-Assad, então Ministro da Defesa, começou a se distanciar das políticas de Jadid, defendendo uma abordagem mais pragmática e um fortalecimento das forças armadas. As tensões culminaram em novembro de 1970, quando Assad assumiu o poder por meio de um golpe palaciano. Sob seu governo, a Síria experimentou um período de relativa estabilidade autoritária, marcado pela centralização do poder político. Assad consolidou seu regime mediante o fortalecimento das forças armadas e dos serviços de inteligência, ao mesmo tempo em que promoveu um nacionalismo árabe secular de caráter personalista (Devlin, 1991).

Esse arranjo pode ser compreendido como uma forma de "autoritarismo populista", no qual o regime combinou mecanismos de mobilização social seletiva com um aparato coercitivo robusto, sustentando-se simultaneamente em redes clientelistas e na repressão sistemática (Hinnebusch, 2001). Tal configuração foi acompanhada pela formação de uma nova elite econômica vinculada ao Estado, cujos interesses passaram a se entrelaçar com a própria reprodução do regime (Perthes, 1995). A estratégia de Assad consistiu, portanto, em equilibrar diferentes facções religiosas e étnicas por meio de uma narrativa nacionalista unificadora, articulando concessões materiais – como investimentos públicos e políticas sociais – com mecanismos de controle político e securitário.

A repressão à religiosidade política, particularmente à Irmandade Muçulmana, tornou-se um dos pilares do regime. Após uma série de confrontos

violentos, incluindo o massacre de Hama em 1982, o regime desmantelou a oposição islamista, impondo um controle rigoroso sobre a expressão religiosa pública. Essa repressão contribuiu para um afastamento entre o Estado laico e os movimentos religiosos, criando uma fissura que persistiria nas décadas seguintes.

Com a morte de Hafez al-Assad, em 2000, Bashar al-Assad assumiu a presidência, mantendo os fundamentos autoritários do regime. Apesar de promessas iniciais de reforma, seu governo reforçou os mecanismos de controle político e reprimiu sistematicamente a dissidência. A intensificação da repressão, especialmente contra setores da maioria sunita, aprofundou o distanciamento entre Estado e sociedade religiosa, contribuindo para o acúmulo de ressentimentos que eclodiriam com a Primavera Árabe em 2011 (Devlin, 1991).

Inicialmente pacífico, o movimento rapidamente se transformou em uma revolta generalizada devido à resposta violenta do governo central. A guerra civil que se seguiu foi marcada pela ascensão de grupos extremistas, que não apenas desafiaram o regime de Assad, mas também rejeitaram a noção de um Estado secular. Esse cenário resultou na fragmentação contínua da Síria e no prolongamento de um conflito que redefiniu as dinâmicas políticas e sociais do país.

2. Desdobramentos modernos

A Guerra Civil Síria, resultado da escalada de tensões após os protestos de 2011, foi um ponto catalizador para o surgimento de uma série de grupos identitários, ideológicos e políticos que buscam fazer frente ao governo Assad, além do interesse de atores estrangeiros potencializado pelo vácuo de poder deixado pelo conflito. Antes de analisar os acontecimentos mais recentes, torna-se fundamental identificar os principais atores envolvidos e examinar seus interesses, agendas políticas e estratégias de atuação no contexto sírio.

Entre os grupos não estatais de maior relevância no cenário contemporâneo, destaca-se o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), cuja atuação se estende à Síria por meio das Unidades de Proteção Popular (YPG). Com base em uma ideologia inspirada no socialismo libertário e no confederalismo democrático, o movimento curdo busca a autonomia política e cultural das populações curdas, historicamente fragmentadas entre Turquia, Irã, Iraque e Síria. No território sírio, o objetivo central tem sido a consolidação de uma administração autônoma no norte do país, em oposição tanto ao governo

central quanto a forças externas que percebem essa autonomia como uma ameaça à integridade territorial regional.

Apesar da multiplicidade de atores insurgentes, o governo de Bashar al-Assad manteve-se como um polo central do conflito, sustentado sobretudo pelo apoio da Rússia. A partir de 2015, a intervenção russa foi decisiva para evitar o colapso do regime, por meio do fornecimento de armamentos, apoio logístico e assistência financeira, permitindo a reestruturação das forças armadas sírias e a retomada de áreas anteriormente perdidas.

O interesse de Moscou no conflito decai sobre a posição estratégica síria na região entre o Oriente Médio e o Mediterrâneo. A construção de bases estratégicas pelo governo russo, como a naval em Tartus e a aérea em Hmeimim, e o estreitamento de laços com Assad permitiram uma maior projeção de poder russo, fortalecendo sua posição global. Além disso, a guerra civil síria se mostrou como um mercado frutífero para a crescente indústria bélica russa, além de ser um campo de prova de novos armamentos. Politicamente, a Rússia busca posicionar-se como um mediador essencial no futuro da Síria, desafiando a hegemonia ocidental e consolidando seu papel como potência global (Petkova, 2020).

Outro ator pró-governo de grande relevância é o Hezbollah, organização político-militar xiita libanesa apoiada pelo Irã. O Hezbollah desempenhou papel central no apoio ao regime de Assad, fornecendo combatentes experientes e suporte logístico. A preservação de um governo aliado em Damasco é estratégica para o grupo, pois garante a continuidade do eixo Irã-Síria-Hezbollah, facilitando o fluxo de armas e recursos, além de conter a expansão de grupos jihadistas hostis em sua vizinhança imediata. Nesse sentido, a atuação do Hezbollah está diretamente vinculada à sua rivalidade com Israel e à ampliação da influência iraniana no Levante (Weiniger, 2024).

Em sentido oposto, o enfraquecimento do Estado sírio e a fragmentação territorial favoreceram a expansão de grupos jihadistas sunitas, especialmente aqueles vinculados à Al-Qaeda, sobretudo no leste do país ao longo da segunda metade da década de 2010. Embora a presença desses grupos tenha diminuído nos últimos anos, um deles – anteriormente conhecido como Jabhat al-Nusra (Frente al-Nusra) e posteriormente renomeado para Hay'at Tahrir al-Sham ou HTS (Organização pela Libertação do Levante) – emergiu como um dos principais atores nos desdobramentos modernos do conflito sírio. O HTS, que integrava a esfera ideológica da Al-Qaeda até sua emancipação em 2017, tem desempenhado um papel central na reconfiguração política e militar da Síria contemporânea (Al Jazeera, 2024).

É precisamente essa inflexão que o trabalho de Charles Lister (2015) permite situar analiticamente. Em seu estudo sobre o jihadismo sírio, o autor identifica como elemento estruturante desse campo a tensão entre os imperativos da agenda transnacional – associados à lógica global da Al-Qaeda – e as exigências pragmáticas da governança local, como a necessidade de obter legitimidade social, controlar território e garantir a sobrevivência política dos grupos armados. Essa tensão não se resolve plenamente, sendo continuamente administrada pelos diferentes atores ao longo do conflito.

A trajetória do HTS constitui um exemplo emblemático dessa dinâmica. Sua desvinculação formal da Al-Qaeda não representou uma ruptura ideológica completa, mas antes uma estratégia de adaptação ao contexto sírio, orientada à construção de legitimidade local. Ao mesmo tempo, o grupo preserva referências centrais do salafismo jihadista e continua a ser classificado como organização terrorista por diversos Estados e organismos internacionais, evidenciando os limites desse reposicionamento.

Nos anos recentes, o HTS consolidou sua estrutura militar e administrativa, financiando-se por meio da arrecadação de impostos nas áreas sob seu controle e contando com o apoio tácito de setores da antiga elite síria contrários ao regime de Assad. Ao mesmo tempo, a mudança nas prioridades da agenda internacional dos aliados de Damasco, especialmente com o esforço militar e político da Rússia, direcionado para a guerra na Ucrânia desde 2022, e a escalada do conflito na Faixa de Gaza envolvendo Israel, Hezbollah e Irã em 2024, enfraqueceu significativamente o suporte ao regime de Assad. Isso criou uma janela de oportunidade para o HTS avançar para a tomada de poder do regime sírio (Frayer, 2024).

Aproveitando essa conjuntura, os rebeldes do HTS iniciaram uma ofensiva generalizada, ocupando rapidamente as principais cidades, incluindo Damasco. A tomada do poder ocorreu com pouca resistência, dado o exaurimento das forças armadas sírias, efetivamente usurpando a liderança do país. A mudança de regime foi recebida com entusiasmo por antigos rivais do governo Assad, como Israel, que busca reduzir a influência iraniana na região, e a Turquia, que vê na estabilização do governo uma possibilidade de enfraquecimento das milícias curdas (The New York Times, 2024).

Por outro lado, a opinião pública internacional observa esses desdobramentos com ceticismo. A ascensão de um regime com ligações históricas ao extremismo da al-Qaeda levanta dúvidas sobre as futuras ações do HTS, apesar dos esforços do grupo em projetar uma imagem mais moderada. Há temores de que essa moderação não se sustente, ecoando os eventos do Afeganistão em 2020, quando as promessas de moderação do Talibã fracassaram em se concretizar.

Apesar do temor em relação à nova liderança, uma parcela significativa da população síria vê a mudança de regime com certo otimismo. Após anos de opressão sob o regime de Assad, marcado por repressão política, violações dos direitos humanos e uma guerra devastadora, muitos sírios esperam que o novo governo possa trazer uma ruptura com o passado autoritário. O cansaço causado pelo prolongado conflito e a desesperança em relação às promessas de reforma do antigo regime alimentam a expectativa de que, apesar das incertezas, a transição possa proporcionar uma nova era de estabilidade e reconstrução para o país.

2.1. O Islã político

A ascensão de movimentos como o HTS está intrinsecamente ligada às complexas questões identitárias que permeiam a sociedade síria e o mundo islâmico em geral. Esses movimentos representam um reflexo direto da experiência colonial e das tentativas de reinserção do Islã como um sistema político central na formação da identidade coletiva autônoma. O colonialismo europeu impôs estruturas estatais, institucionais e simbólicas de matriz ocidental que frequentemente desarticularam formas tradicionais de governança, afetando não apenas a organização política, mas também a construção da subjetividade coletiva. Como consequência, observa-se uma busca recorrente por alternativas autóctones capazes de restaurar sentidos de pertencimento, autonomia e legitimidade política (Aslan, 2011).

O ressurgimento do Islã como sistema político, contudo, não pode ser compreendido apenas como uma reação à dominação colonial. Ele insere-se igualmente em um processo contínuo de reforma interna da própria tradição islâmica. Movimentos islâmicos contemporâneos canalizam insatisfações sociais, econômicas e políticas ao defender que a aplicação de princípios islâmicos pode oferecer respostas consideradas mais autênticas e moralmente legítimas aos dilemas modernos enfrentados por sociedades de maioria muçulmana. Nesse contexto, a religião passa a ocupar novamente o centro da identidade política, em oposição a modelos seculares ocidentais frequentemente percebidos como impostos, alienantes ou desconectados das realidades locais.

Essa transformação, entretanto, não é uniforme e assume diferentes formas de acordo com o contexto em que está inserida. A busca por autonomia política e simbólica tem levado à formação de movimentos que, ancorados em referenciais islâmicos, propõem caminhos alternativos às democracias liberais ocidentais, frequentemente apresentando-se como uma "terceira via"

no cenário político global – distinta tanto do autoritarismo secular quanto do liberalismo ocidental (Said, 2007).

Nos últimos anos, o avanço das tecnologias da informação, especialmente a Internet, acelerou o processo de reinterpretação da religião islâmica. A autoridade teológica e moral tradicionalmente exercida pelos Ulemá – estudiosos do Islã reconhecidos historicamente como os únicos legitimados a interpretar o Alcorão – tem sido desafiada. Cada vez mais, fiéis buscam orientação religiosa por meio de lideranças informais, pregadores digitais e estudiosos autônomos que atuam em redes sociais, fóruns e plataformas virtuais, transformando as dinâmicas de produção e circulação do saber religioso (Aslan, 2011).

Esse processo contribuiu para uma relativa democratização da autoridade moral no interior da *Ummah*, permitindo a emergência de múltiplas interpretações e correntes ideológicas não mais restritas aos círculos tradicionais de erudição religiosa. A partir desse fenômeno, consolidaram-se duas grandes tendências.

Por um lado, observa-se a adaptação do islamismo às novas realidades contemporâneas, com a promoção de alternativas aos conceitos seculares ocidentais, caracterizando o processo de *tajdid* (renovação) tradicional da religião seguindo uma interpretação plural e democrática da fé. Por outro lado, setores mais conservadores da sociedade rejeitam completamente as influências estrangeiras, optando por uma islamização radical e total da sociedade, fenômeno que tem servido de base para o radicalismo islâmico moderno (Aslan, 2011).

A coexistência dessas tendências não é, contudo, estática, sendo marcada por processos recorrentes de tensão e deslocamento. Nesse sentido, o trabalho de Gilles Kepel (2002) oferece uma chave interpretativa relevante ao argumentar que o jihadismo não representa a culminação do islamismo político, mas, paradoxalmente, um de seus sintomas de fracasso. Quando movimentos islamistas moderados são impedidos de converter legitimidade religiosa em participação política efetiva – seja pela repressão estatal, seja por limitações institucionais –, parte de sua base tende a se radicalizar, diante da percepção de bloqueio dos canais políticos convencionais. O radicalismo emerge, assim, não de um excesso, mas de uma frustração estrutural do islamismo político.

Esse diagnóstico ilumina de forma direta o caso sírio. A repressão à Irmandade Muçulmana sob o regime de Hafez al-Assad – cujo ponto culminante foi o massacre de Hama em 1982 – não eliminou o islamismo político, mas contribuiu para sua reconfiguração em formas mais radicalizadas, ao restringir as possibilidades de atuação institucional. Sob essa perspectiva, a trajetória do HTS pode ser compreendida menos como uma anomalia e mais como um

desdobramento historicamente condicionado de décadas de exclusão política e repressão estatal.

O crescimento de movimentos político-religiosos no Oriente Médio, portanto, não deve ser visto de forma unívoca, pois tais movimentos podem funcionar como mecanismos de mobilização política e participação popular, utilizando linguagens, símbolos e valores familiares às populações locais. Nesse sentido, é necessário entender que:

> [...] a verdadeira democracia deve ser cultivada de dentro para fora, fundamentada em ideologias familiares e apresentada em uma linguagem que seja tanto compreensível quanto atraente para a população indígena. Para que a democracia seja eficaz e convincente em estados de maioria muçulmana, ela deve equilibrar a relação, por vezes contenciosa, entre fé e governo, que, como vimos, tem sido a característica da cultura política no Islã por séculos (Aslan, 2011, p. 261, tradução nossa).[3]

Nesse cenário, a construção de um Estado laico, típico das democracias liberais ocidentais, tende a falhar quando transposta para contextos políticos e culturais alheios a tais sistemas. Isso leva à persistência de resistências religiosas nas culturas nas quais esse sistema é aplicado. Assim, movimentos políticos que dialogam com a religião de maneira pluralista e contextualizada podem, em determinadas condições, contribuir para a construção de regimes mais estáveis e legitimados socialmente (Aslan, 2011).

Por outro lado, movimentos radicalizados como a Al-Qaeda ou o Talibã instrumentalizam a religião de forma autoritária, transformando-a em um mecanismo de controle social, repressão e exclusão. A legitimação de regimes que seguem esse modelo prejudica os esforços em prol da promoção da democracia na região, além de perpetuar ciclos de violência e retrocesso. Portanto, a verdadeira questão reside na busca por uma interpretação do Islã que permita o florescimento de democracias autênticas, justas e inclusivas, em consonância com as tradições culturais e espirituais dos povos muçulmanos.

3 "[...] true democracy must be nurtured from within, founded upon familiar ideologies, and presented in a language that is both comprehensible and appealing to the indigenous population. For democracy to be effective and compelling in Muslim-majority states, it must balance the sometimes contentious relationship between faith and government that, as we have seen, has been the hallmark of political culture in Islam for centuries (Aslan, 2011)".

3. Perspectivas futuras

A conjuntura dos eventos ocorridos na Síria se insere diretamente nesse processo mais amplo de reinterpretação do papel da religião na política. A queda da ideologia Ba'ath, que, apesar das tentativas, não conseguiu integrar a fé na constituição étnica da sociedade, acabou por fortalecer visões radicais, impulsionando o surgimento de uma miríade ideológica que culminou nos eventos atuais.

A ascensão do HTS ao poder coloca em evidência um dilema estrutural que Olivier Roy (1994) identifica como característico dos movimentos islamistas radicais que alcançam o governo: a dificuldade de formular um programa econômico, social e institucional efetivamente alternativo à ordem estatal moderna. Segundo o autor, ao assumir a gestão do Estado, esses movimentos acabam operando dentro das mesmas estruturas que buscavam contestar – negociando com credores internacionais, administrando burocracias herdadas e estabelecendo relações diplomáticas convencionais. O resultado é o que Roy descreve como uma "islamização de superfície", na qual a retórica se transforma, mas a lógica institucional permanece amplamente inalterada.

O HTS já enfrentou uma versão preliminar desse dilema ao administrar a região de Idlib como um proto-Estado, desenvolvendo mecanismos tributários, serviços públicos limitados e canais de interlocução com atores externos. Ao transpor essa experiência para o plano nacional, o grupo passa a enfrentar esse impasse em escala ampliada no concílio de um projeto islamista com as exigências práticas da governança estatal contemporânea. Em última instância, a questão formulada por Roy permanece central: trata-se de islamizar o Estado moderno ou, inversamente, de um processo em que o próprio Estado acaba por reconfigurar o islamismo? A forma como esse dilema será negociado no caso sírio tende a ser determinante não apenas para o futuro do país, mas também para debates mais amplos sobre o papel do islamismo político na contemporaneidade.

Em meio a esses desafios, o regime tem buscado estabelecer um diálogo com mecanismos e organizações internacionais como estratégia para promover uma reconfiguração de imagem e atenuar a associação do HTS com o movimento terrorista ligado ao Estado Islâmico. Estratégias midiáticas e símbolos de normalização política (como declarações públicas sobre direitos civis e promessas de representatividade) sinalizam uma tentativa de se posicionar como ator legítimo no cenário internacional. No entanto, a validade dessa transformação permanece objeto de ceticismo entre observadores externos,

especialmente em razão de práticas internas que levantam questões sobre pluralismo e inclusão (Nasr, 2024).

De qualquer maneira, a promessa de abertura para negociações e investimentos, com o abandono da perspectiva nacionalista do antigo regime, é vista de forma positiva pelo Ocidente. Essa mudança pode resultar na suspensão de sanções e na aproximação econômica entre os dois polos políticos. Além disso, há expectativas de que o novo governo possa iniciar diálogos com Israel, incluindo um possível cessar-fogo e a devolução de territórios ocupados no sul da Síria, conforme sugerido pela liderança do HTS, Ahmed al-Sharaa (Nasr, 2024).

Um dos principais desafios para a estabilidade futura da Síria é a questão curda e a reintegração das Forças Democráticas Sírias (FDS). Após um período de confrontos e negociações, o governo transicional sírio tem se empenhado em iniciar um novo ciclo de diálogo com as forças curdas, mediado por atores externos como os Estados Unidos, com o objetivo de integrar instituições civis e militares curdas dentro de um quadro estatal unificado. As negociações, embora em andamento, revelam persistentes divergências sobre descentralização, autonomia regional e garantias de proteção das minorias, elementos que poderão determinar o grau de coesão territorial e política do país no médio prazo (Gebelly, 2026).

A relação com a Turquia permanece igualmente crítica. Ancara vê a redefinição do equilíbrio de poder na Síria como uma oportunidade para reforçar sua influência regional e limitar a presença política e militar das forças curdas – vistas por Ancara como uma ameaça à sua segurança interna. A questão dos refugiados sírios em território turco permanece uma variável geopolítica sensível, pois o retorno em massa dessas populações exigiria infraestrutura, segurança e estabilidade política que ainda estão longe de serem consolidadas na Síria pós-conflito (Hayatsever, 2025).

O papel de potências externas também continua a influenciar o futuro sírio. A Rússia, embora tenha perdido um aliado estratégico com a queda do regime de Assad, não enxerga o novo governo como um rival inevitável. Moscou já sinalizou interesse em manter negociações para assegurar sua presença e parcerias estratégicas na região. A postura russa indica um apoio cauteloso ao novo regime, apostando na estabilidade como meio de fortalecer laços econômicos e políticos, além de preservar seu papel de mediador influente nas futuras negociações regionais.

Simultaneamente, Moscou está direcionando sua atenção para a África, particularmente a Líbia, outro país fragmentado por um conflito prolongado. Essa iniciativa faz parte de uma estratégia mais ampla de expansão de influência

regional, buscando conter o fortalecimento da presença ocidental, especialmente dos Estados Unidos e da Europa, no continente. Com interesses estratégicos na segurança e no controle de recursos naturais, a Rússia procura consolidar sua posição por meio do fortalecimento de laços políticos e econômicos com países africanos (Cordall, 2024).

Em contrapartida, a situação para o Hezbollah e o Irã no contexto regional tem se mostrado cada vez mais complexa após a interrupção das rotas terrestres tradicionais ligando Teerã a Beirute através da Síria – um corredor que historicamente foi crucial para o abastecimento militar, financeiro e logístico do grupo xiita libanês. Com o colapso das antigas infraestruturas de suporte no pós-guerra e as restrições impostas ao trânsito aéreo e terrestre, tanto o Irã quanto o Hezbollah foram forçados a recalcular e diversificar seus métodos de transferência de materiais e recursos. Parte dessa adaptação tem ocorrido por meio do estabelecimento de novas rotas marítimas e de trânsito por países terceiros, como Turquia e Iraque, além do uso de sistemas financeiros paralelos e redes de câmbio de dinheiro, que buscam circundar as restrições sobre os corredores clássicos (Weiniger, 2024).

À vista disso, a situação na Síria reflete uma tendência regional crescente no mundo muçulmano, que busca redefinir o papel da fé na reconstrução política das sociedades no mundo pós-colonial. A democratização do acesso à interpretação religiosa, facilitada pela Internet, tem impulsionado o surgimento de movimentos que questionam a natureza dos sistemas políticos em que estão inseridos por grupos que se sentem alienados de sua natureza. Algumas dessas iniciativas se inclinam para perspectivas mais radicais, enquanto outras adotam interpretações pluralistas e modernas (Aslan, 2011).

A Síria, portanto, exemplifica essas transformações, permanecendo no centro de um tabuleiro estratégico onde questões de identidade, religião e política internacional se entrelaçam e evoluem constantemente. Compreender a evolução dos eventos que levaram a Síria à sua situação atual, assim como os interesses dos diversos atores envolvidos, é essencial para construir uma percepção holística do conflito. Essa abordagem permite situar a Síria no contexto mais amplo de um macrocosmo sociocultural e político.

Finalmente, o futuro do país dependerá da capacidade de seus novos líderes em equilibrar demandas internas e externas, promovendo estabilidade e inclusão em meio a profundas divisões. O caminho traçado pelos novos dirigentes sírios poderá inaugurar uma nova fase para a região e contribuir para o processo de reforma islâmica e formação de uma identidade política autônoma, caso uma abordagem pluralista seja adotada. No entanto, o caminho para a paz e a reconstrução será longo e incerto, sendo a resiliência do povo

sírio e a evolução das relações internacionais fatores determinantes para o sucesso ou fracasso dessa nova fase na história da Síria.

Referências

ASLAN, Reza. *No God but God*: The Origins, Evolution and Future of Islam. Londres: Arrow, 2011.

CORDALL, Simon Speakman. "More Bullets": Analysts Mull Whether Russia Will Move to Libya After Syria. *Al Jazeera*, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/12/24/more-bullets-analysts-mull-whether-russia-will-move-to-libya-from-syria. Acesso em: 20 jan. 2026.

DEVLIN, John F. The Baath Party: Rise and Metamorphosis. *The American Historical Review*, v. 96, n. 5, p. 1396-1407, 1991.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

FRAYER, Lauren. Who's Been Funding the HTS Rebels Now in Control of Syria? *NPR*, 20 dez. 2024. Disponível em: https://www.npr.org/2024/12/19/nx-s1-5232809/syria-hts-funding. Acesso em: 20 jan. 2026.

GALVANI, John. Syria and the Baath Party. *MERIP Reports*, n. 25, p. 3-16, 1974.

GEBELLY, Maya. Syria Hopes to Hold New Talks with Kurdish Forces. *Reuters*, 27 jan. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/middle-east/syria-hopes-hold-new-integration-talks-with-kurdish-forces-tuesday-2026-01-27/. Acesso em: 29 jan. 2026.

HAYATSEVER, Huseyln. Erdogan Says Turkey Can 'Crush' All Terrorists in Syria. *Reuters*, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/middle-east/erdogan-says-turkey-can-crush-all-terrorists-syria-calls-foreign-powers-take-2025-01-15/. Acesso em: 20 jan. 2026.

HINNEBUSCH, Raymond. *Syria*: Revolution from Above. Londres: Routledge, 2001.

KEPEL, Gilles. *Jihad*: The Trail of Political Islam. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

KHALIDI, Rashid. *The Iron Cage*: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood. Boston: Beacon Press, 2006.

LISTER, Charles. *The Syrian Jihad*: Al-Qaeda, the Islamic State and the Evolution of an Insurgency. Londres: Hurst & Co., 2015.

NASR, Wassim. Exclusive: Syria's De Facto New leader Ahmed al-Sharaa Calls for Lifting of Sanctions. *France 24*, 17 dez. 2024. Disponível em: https://www.france24.com/en/middle-east/20241217-exclusive-syria-s-de-facto-new-leader-ahmed-al-sharaa-calls-for-lifting-of-sanctions. Acesso em: 21 jan. 2026.

PERTHES, Volker. *The Political Economy of Syria under Assad*. Londres: I.B. Tauris, 1995.

PETKOVA, Mariya. What has Russia Gained from Five Years of Fighting in Syria? *Aljazeera*, 1 out. 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/features/2020/10/1/what-has-russia-gained-from-five-years-of-fighting-in-syria. Acesso em: 18 jan. 2026.

ROY, Olivier. *The Failure of Political Islam*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SCULLARD, Howard Hayes. Syria *Encyclopedia Britannica*, 28 jan. 2026. Disponível em: https://www.britannica.com/place/Syria. Acesso em: 28 jan. 2026.

THE FALL of Assad in Syria: How It Happened and What Comes Next. *The New York Times*, 18 dez. 2024. Disponível em: https://www.nytimes.com/article/syria-civil-war-rebels.html. Acesso em: 20 jan. 2026.

WEINIGER, Gabrielle. Iran 'Considers Airborne Supply Routes for Proxy Forces'. *The Times*, 22 dez. 2024. Disponível em: https://www.thetimes.com/world/middle-east/article/iran-considers-airborne-supply-routes-for-proxy-forces-985x7sqvv. Acesso em: 20 jan. 2026.

WHAT Happened in Syria? How Did al-Assad Fall? *Al Jazeera*, 8 dez. 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/12/8/what-happened-in-syria-has-al-assad-really-fallen. Acesso em: 15 dez. 2025.